



O CADASTRO AMBIENTAL RURAL

TERMINA DIA

31 DE DEZEMBRO DE 2017

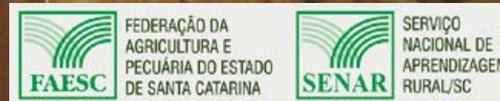
Quem não estiver cadastrado até 31 de dezembro de 2017 perderá o direito a todos os benefícios para consolidação de áreas da propriedade e não terá acesso a políticas públicas, como crédito rural e linhas de financiamento. Também não poderá aderir ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Produtor rural fique atento ao prazo!



AGRICULTURA SC

EDIÇÃO Nº 52 | NOVEMBRO DE 2017



SANIDADE ANIMAL

Santa Catarina contra a Brucelose e a Tuberculose

Páginas 08 a 11

PECUÁRIA LEITEIRA

FAESC promove seminário para debater a produção no Estado

Páginas 03

SINDICATO DESTAQUE

Em Rio do Oeste, empreender é a palavra de ordem

Páginas 14

FORÇA FEMININA

SENAR/SC participa de 2º Congresso Nacional das mulheres do agro

Páginas 15

CADEIA DO LEITE: ESSENCIAL E COMPLEXA

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de SC (Faesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/SC)



Pecuária leiteira será destaque em seminário

O mercado de lácteos, no Brasil, é uma gangorra: alterna períodos de excesso de oferta e preços vilipendiados que não repõem os custos de produção com épocas de escassez e preços elevados. É ilusório pensar que em uns períodos quem ganha é o consumidor e, em outros, o produtor ou a indústria. Na verdade, todos perdem. Preservar e viabilizar a cadeia produtiva do leite é uma questão de segurança alimentar para o País. O leite é essencial para a nutrição humana e tem grande importância social e econômica para Santa Catarina: é produzido por 80.000 produtores rurais e está presente em 80% dos estabelecimentos com até 50 hectares. O sucesso ou o fracasso econômico da atividade leiteira reflete de imediato no cotidiano de vasta parcela da população catarinense, daí porque a Faesc, o Senar, os Sindicatos Rurais e as cooperativas dedicam especial atenção a esse ramo do agronegócio.

O leite deixou de ser uma atividade secundária e passou a ser uma das prin-

cipais geradoras de renda para o produtor catarinense em razão da conjugação de vários fatores que tornaram o Estado o quarto maior produtor nacional, como as condições naturais favoráveis, a concentração da produção e a exclusão de produtores de outras cadeias produtivas, a adoção de sistemas eficientes de produção e a irreversível profissionalização dos criadores.

Portanto, é preciso resgatar a viabilidade da atividade para que o produtor tenha renda e, a sociedade, matéria-prima de primeira necessidade. Uma das alternativas é tornar o Brasil um exportador de produtos lácteos. Para isso, devem ser adotadas medidas que estimulem o consumo interno e oportunizem as vendas externas.

Nesse momento, a pecuária de leite em Santa Catarina está passando por um período difícil: o produtor rural amarga seis meses de preços em queda. Essa situação é causada pela redução generalizada de consumo de leite e de todas as linhas de produtos lácteos industrializa-

dos pelas famílias brasileiras. Nunca o Brasil consumiu tão pouco leite. A queda no consumo está na raiz da crise como reflexo indesejável do desemprego que recuou, mas, ainda atinge 12 milhões de famílias. O resultado é inevitável: os preços pagos pelos Laticínios na compra da matéria-prima dos produtores rurais vão se achatando.

Um grande esforço de profissionalização está sendo feito pelo Senar e pelo Ministério da Agricultura em Santa Catarina mediante investimentos de R\$ 6,5 milhões no programa de assistência técnica e gerencial (AteG Leite). O foco principal é proporcionar melhoria na produção e aumento da rentabilidade demonstrando a potencialidade da cadeia produtiva do leite. Dia 24, em Chapecó, produtores rurais de todo o Estado estarão reunidos no Seminário de Bovinocultura de Leite que será das 8h30 às 13 horas, no Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo de Nes. Será um momento para refletir sobre esse importante setor da economia.

FAESC FARÁ SEMINÁRIO SOBRE PECUÁRIA DE LEITE EM CHAPECÓ

Mais de 1.200 produtores rurais estarão reunidos no dia 24 de novembro durante o Seminário do Programa de Assistência Técnica e Gerencial (AteG) na Bovinocultura de Leite que será desenvolvido, das 8h30 às 13 horas, no Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo de Nês, em Chapecó.

A iniciativa é da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/SC) com apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

A programação do Seminário prevê café de recepção aos participantes às 8h30. Logo em seguida, às 9h30, haverá a solenidade de abertura com pronunciamentos das autoridades sob a coordenação do presidente José Zeferino Pedrozo.

A primeira palestra está programada para iniciar às 10h15 com o economista Antônio da Luz que prelecionará sobre tendências e perspectivas da economia brasileira. O palestrante é mestre em economia e economista-chefe do Sistema FARSUL (Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul). Economista formado pela UFRGS, Mestre em Economia pela UFRGS e Doutorando em Economia do Desen-

volvimento pela PUC-RS. É pós-graduado Master Business Economics e também Derivativos Financeiros. É professor titular das disciplinas de Comercialização e Microeconomia em cursos de Pós-Graduação na ESPM e PUC-RS. Atuou como economista da Agenda 2020 e também como Corretor de Bolsa de Valores Mobiliários.

Antônio da Luz é um dos 89 economistas brasileiros e estrangeiros que são consultados pelo Banco Central para elaboração do Relatório Focus com as expectativas de mercado para PIB, Inflação, Juros, Câmbio, dentre outros, sendo o único que atua no Agronegócio.

Às 11h15 iniciará a segunda palestra com Marcelo Pereira de Carvalho, que focalizará a situação atual e as tendências para o mercado do leite em Santa Catarina e no Brasil. Carvalho é Engenheiro Agrônomo pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) da Universidade de São Paulo (USP), mestre em Ciência Animal (ESALQ/USP), com MBA Executivo Internacional pela FIA/USP. É diretor executivo da AgriPoint e coordenador do MilkPoint.

A última etapa do Seminário – às 12h15 – consistirá na exposição de técnicos do sistema Faesc/Senar sobre o Pro-

grama de Assistência Técnica e Gerencial na Bovinocultura de Leite em Santa Catarina.

O encerramento das atividades está previsto para as 13 horas, com almoço de confraternização servido no mesmo local.

CENÁRIO

De acordo com dados da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), no final de 2015 o rebanho bovino catarinense era de 4,5 milhões de cabeças. Embora o estado seja mais conhecido pela produção de leite do que de carne, há predomínio de animais de corte: 51,4% possuem aptidão para corte, 34,7% aptidão para leite, 13,75% aptidão mista. A bovinocultura está presente em 291 municípios catarinenses (98,6% do total) e o rebanho distribui-se em 78.729 produtores, dos quais 35.713 (45,36%) com finalidade comercial e 43.016 (54,64%) sem finalidade comercial. Em 2016 foram produzidas 112 mil toneladas da carne no âmbito dos sistemas de inspeção sanitária (municipal, estadual e federal).

AGRICULTURASC

R. Delminda Silveira, 200 - Agrônoma, - Florianópolis - SC, 88025-500 - Fone (48) 3331-9700
FAESC: facebook.com/FaescSantaCatarina | SENAR/SC: facebook.com/SENARSC | www.senar.com.br

DIRETORIA DA FAESC 2015/2019: Presidente: José Zeferino Pedrozo, 1º vice-presidente: Enori Barbieri, 2º vice-presidente: Milton Graciano Peron, 1º vice-presidente de secretaria: João Francisco de Mattos, 2º vice-presidente de secretaria: João Romário Carvalho, 1º vice-presidente de finanças: Antônio Marcos Pagani de Souza, 2º vice-presidente de finanças: José Antônio de Pieri. **VICE-PRESIDENTES REGIONAIS:** Adelar Maximiliano Zimmer (Extremo-Oeste), Américo do Nascimento (Oeste), Wilson Antônio Verona (Meio Oeste), Mauro Kazmierczak (Planalto Norte), Lindolfo Hoepers (Vale do Itajaí) Márcio Cícero Neves Pamplona (Planalto Serrano) e Vilibaldo Michels (Sul). **CONSELHO FISCAL EFETIVO:** Fernando Sérgio Rosar, Gilmar Antônio Zanluchi e Donato Favarin. **CONSELHO FISCAL SUPLENTE:** Nilton Goedert, Fabrício Luiz Stefani e Dionício Scharf. **CONSELHO ADMINISTRATIVO DO SENAR/SC:** Presidente do Conselho Administrativo - Gestão 2015/2018: José Zeferino Pedrozo. **CONSELHEIROS:** Walter Dresch (Titular), Luis Sartor (Suplente). **Representantes:** Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC) | Marcos Antônio Zordan (Titular), Neivo Luiz Panho (Suplente). | **Representantes:** Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC) | Ricardo de Gouveia (Titular), Cinthya Monica da Silva Zanuzzi (Suplente) | **Representantes:** Agroindústria | Daniel Klüppel Carrara (Titular), Adilcio Pedro Pazetto (Suplente) |

Representantes: Senar Administração Central. **CONSELHO FISCAL:** Rita Marisa Alves (Titular), Pedro Cavalheiro de Almeida (Suplente) | **Representantes:** Senar Administração Central | Tatiane Mecabó Cupello (Titular), Gilberto Modesto da Silva (Suplente) | **Representantes:** Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC) | Joãozinho Althoff (Titular), Acir Veiga (Suplente) | **Representantes:** Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc). **DIRETORIA:** Superintendente: Gilmar Antônio Zanluchi

MB Comunicação: Jornalista Responsável: Marcos Antônio Bedin (Reg. Jornalista profissional MET SC 0085-JP). **Edição:** Caroline da Costa Figueiredo. **Redação:** Caroline da Costa Figueiredo, Marcos A. Bedin, Aline Thais Gunsett, Lisiane Kerbes, Marina de Oliveira e Silvânia Cuoichinski

Capa: CIDASC/Chapecó

Diagramação: Arcus Indústria Gráfica
Tiragem: 4.300 exemplares. **Impressão:** Arcus Indústria Gráfica

INICIA CENSO AGROPECUÁRIO 2017 EM PROPRIEDADES RURAIS

Começou em outubro a fase de coleta do Censo Agropecuário 2017 em todo o Brasil. A expectativa é de que os mais de 18 mil recenseadores do IBGE visitem todos os estabelecimentos agropecuários do País, estimados em cerca de 5 milhões, entre outubro deste ano e fevereiro de 2018.

Mais de 18 mil recenseadores vão a campo coletar as informações. O trabalho envolve o levantamento de informações sobre a área, a produção, as características do pessoal ocupado, o emprego de irrigação, o uso de agrotóxicos, o papel da agricultura familiar, etc.

O IBGE realiza outros levantamentos, como a Produção da Pecuária Mu-

nicipal, a Produção Agrícola Municipal e as Trimestrais da Agropecuária: o Censo, no entanto, é a única que recolhe dados de todos os estabelecimentos produtores, além de servir como subsídio para as outras. Por isso, tem a abrangência de um retrato do campo brasileiro.

IDENTIFICAÇÃO DO RECENSEADOR

Uma das novidades deste Censo Agropecuário 2017 é a possibilidade de confirmar a identidade do recenseador através do QR Code que cada um deles levará no crachá, localizado no lado esquerdo do peito do colete. O código pode ser lido pelo celular e redirecionará dire-

tamente para o site do IBGE, que fará a checagem.

No crachá também poderão ser encontrados outros dados, como o nome completo do recenseador, sua matrícula, identidade e validade das informações ali constantes, além da foto do agente de coleta.

O último elemento de identificação do recenseador é o DMC (Dispositivo Móvel de Coleta) que cada um deles estará portando no momento da aplicação do questionário. O dispositivo é obrigatório, pois é justamente nele onde os agentes registrarão os dados de cada estabelecimento, assim como o georreferenciamento de cada propriedade.

CONFAZ PRORROGA REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO DO ICMS PARA INSUMOS

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) atendeu a uma solicitação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e prorrogou para 30 de abril de 2019 a redução em 60% da base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para a saída de insumos agropecuários de um estado para outro, como fertilizantes, sementes e defensivos agrícolas.

A prorrogação foi uma conquista da CNA que atuou junto ao governo federal

e às secretarias estaduais. Em agosto, o presidente da CNA, João Martins, enviou um ofício ao ministro Henrique Meirelles (Fazenda) para informá-lo que “em caso de não renovação, o imposto será cobrado sobre uma base de cálculo que acarretará elevação nos custos de produção dos produtores rurais”.

O presidente da CNA ainda informou ao ministro que toda a contribuição dada pela agropecuária para a economia brasileira é resultado dos altos investimentos em tecnologia por meio

dos insumos agropecuários. Desta forma, a decisão de prorrogar o convênio contribuirá para “manter o crescimento sustentável do setor agropecuário e, por consequência, da economia brasileira”, concluiu.

A decisão foi publicada no Diário Oficial da União. O Convênio ICMS nº 133/17 alterou o Convênio ICMS nº 100/97. O fim da medida implicaria em aumento significativo do custo de produção dos produtores para o produtor rural, encarecendo os insumos em até 6%.

DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF

Profissionais dos Sindicatos Rurais foram capacitados para o preenchimento

Responsável pelo acesso de produtores rurais familiares a mais de 15 programas de políticas públicas do Governo Federal, a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) conta com cerca de 4,8 milhões de DAPs ativas no Brasil, conforme dados da Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Para capacitar profissionais dos Sindicatos Rurais na emissão do documento aos produtores rurais catarinenses a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC) promoveu dois treinamentos envolvendo mais de 50 Sindicatos Rurais.

A capacitação ocorreu em São José e em Chapecó e foi ministrada pelo técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) Jonas Ismael Jochims. A DAP é o documento de identificação da agricultura familiar e pode ser obtido tanto por agricultor ou agricultura familiar (pessoa física) quanto por empreendimentos familiares rurais, associações, cooperativas e agroindústrias (pessoa jurídica).

O presidente da FAESC José Zeferino Pedrozo observa que é fundamental que o preenchimento da DAP seja efetuado corretamente para garantir o acesso às políticas públicas. Entre alguns dos programas disponíveis por meio da DAP Pedrozo cita os Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e de Alimentação Escolar (PNAE), os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, além do próprio crédito rural do PRONAF.

Jochims explica que a DAP possui validade de três anos e, após o vencimento, o produtor deve efetuar uma nova solicitação de declaração no Sindicato Rural de seu município. Segundo ele, o documento é emitido por categorias. Os produtores rurais familiares com renda anual de até R\$ 20 mil se enquadram no Grupo B do PRONAF e os com renda anual de até R\$ 360 mil fazem parte do Grupo Variável.



Treinamento em Chapecó



Treinamento em São José



A capacitação foi ministrada por Jonas Ismael Jochims

“Para emitir a DAP é necessário carteira de identidade e o CPF. As pessoas casadas devem apresentar também os documentos do cônjuge. O produtor rural também deve levar documentos que permitam a análise dos rendimentos da produção e outros como aposentadoria, programas sociais, emprego no meio rural ou urbano. A emissão não tem custo e a sua cobrança é proibida”, salienta Jochims.

CONSUMO DE LEITE EM QUEDA DETERMINA REDUÇÃO NOS PREÇOS PAGOS AOS PRODUTORES RURAIS



Apesar da queda nos preços, Santa Catarina alcançou a posição de quarto maior produtor de leite do País

A pecuária de leite em Santa Catarina está passando por um período difícil: o produtor rural amarga seis meses de preços em queda. Essa situação é causada pela redução generalizada de consumo de leite e de todas as linhas de produtos lácteos industrializados pelas famílias brasileiras.

Essa situação foi dimensionada neste mês pelo Conselho Paritário Produtor/Indústrias de Leite do Estado de Santa Catarina (Conseleite/SC), que esteve reunido em outubro em Florianópolis para definir os valores de referência para o mês.

De acordo com projeção do Conselho, o leite entregue em outubro a ser pago em novembro pelos Laticínios terá uma redução de 2,5% nos valores de referência, o que equivale a 2 centavos a menos por litro.

Os valores projetados são os seguintes: leite acima do padrão R\$ 1,0509/litro; leite padrão R\$ 0,9138 e abaixo do padrão

R\$ 0,8307. Os valores se referem ao leite posto na propriedade com Funrural incluso.

“Nunca o Brasil consumiu tão pouco leite”, lamenta o vice-presidente do Conseleite/SC e vice-presidente regional da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC), Adelar Maximiliano Zimmer.

A queda no consumo está na raiz da crise como reflexo indesejável do desemprego que recuou, mas, ainda atinge 12 milhões de famílias. O resultado é inevitável: os preços pagos pelos Laticínios na compra da matéria-prima dos produtores rurais vão se achatando.

O movimento de queda no preço do leite recebido por produtores, neste ano iniciado precocemente em maio, segue o mesmo ritmo em outubro. O recuo na cotação do leite no campo continua ocorrendo em razão da demanda enfraquecida por lácteos na ponta final da cadeia produtiva.

Zimmer alertou que a queda esse mês foi geral. “Houve redução em derivados e também no leite em pó. Isso nos preocupa. Os valores estão se comparando aos de 2013 quando foram registrados pela última vez os menores valores praticados. Uma das opções que poderia amenizar a situação seria a compra do excedente de leite por parte do governo”.

EXPRESSION NACIONAL

Santa Catarina é o quarto produtor nacional. O Estado gera 2,9 bilhões de litros ao ano. Praticamente todos os estabelecimentos agropecuários produzem leite, o que gera renda mensal às famílias rurais e contribui para o controle do êxodo rural. O oeste catarinense responde por 75% da produção. Os 80.000 produtores de leite (dos quais, 60.000 são produtores comerciais) geram 8,3 milhões de litros/dia, mas a capacidade industrial está estruturada para processar até 10 milhões de litros de leite/dia.



SENAR/SC PROMOVE PROJETO CIDADANIA RURAL EM GAROPABA

Mensalmente o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/SC), órgão vinculado à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC), promove o Projeto Cidadania Rural que tem como objetivo principal disseminar a legislação tributária para o meio rural, abordando a aplicabilidade do Cadastro do Produtor Primário – Nota Fiscal Eletrônica do Produtor Rural (NFP-e). Em outubro a iniciativa ocorreu em Garopaba, na Câmara de Vereadores do município.

O evento contou com a parceria do Sindicato Rural de Imaruí, Prefeitura de Garopaba, Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca de Garopaba e Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis (GRANFPOLIS).

O técnico em atividades de arrecadação do SENAR/SC, Emerson Gava, explanou sobre “Nota Fiscal Eletrônica do Produtor Rural – Contribuição ao FUNRURAL e ao SENAR”. Na sequência, um representante do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) explicou sobre “Segurado Especial – Caracterização e Benefícios Previdenciários”.

Conforme explica o superintendente do SENAR/SC, Gilmar Antônio Zanluchi, o objetivo é orientar, principalmente produtores e trabalhadores rurais, sobre a aplicação correta da legislação tributária e previdenciária rural. “A intenção é disseminar a legislação tributária para o meio rural, abordando a aplicabilidade do Cadastro do Produtor Primário – Bloco de Notas do Produtor e levar ao pú-

blico participante, por meio do projeto, conhecimentos referentes aos direitos que possuem ao cumprirem com as obrigações perante a legislação previdenciária para o campo”.

O presidente do Conselho de Administração do SENAR/SC e da FAESC, José Zeferino Pedrozo salienta que a intenção é contribuir para a melhoria da condição de vida, saúde e integridade física dos trabalhadores e produtores rurais. “O papel de arrecadar está relacionado ao de orientar. “O SENAR/SC disponibiliza aos seus contribuintes o conhecimento dos dispositivos legais, procurando atenuar as dificuldades com que se deparam no cumprimento de suas obrigações, como também conhecer os seus direitos para melhor usufruí-los”.



PRIORIDADE DE SC: COMBATER A BRUCELOSE E TUBERCULOSE EM REBANHOS BOVINOS

Sistema FAESC/SENAR-SC se une com entidades representativas em força-tarefa

Santa Catarina possui destaque em sanidade animal. É o único Estado, há dez anos, reconhecido internacionalmente pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) como área livre de febre aftosa sem vacinação. O diferencial sanitário impacta positivamente nas exportações do território catarinense. Para manter o nível de segurança sanitária o Governo de Santa Catarina une forças com as entidades representativas do setor. A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina



“Esse é o resultado de um trabalho feito por muitas mãos. A união de produtores rurais, representantes do setor e governo colocaram o Estado em destaque e como exemplo para o Brasil e o mundo”, considera o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC), José Zeferino Pedrozo.



“Temos menos de 1% dos rebanhos infectados e 250 propriedades rurais são certificadas como livres de brucelose e tuberculose”, declara o presidente da CIDASC e vice-presidente da FAESC, Enori Barbieri.

(CIDASC) atua com 63 barreiras sanitárias fixas nas divisas com o Paraná, Rio Grande do Sul e Argentina, controlando a entrada e saída de animais e produtos agropecuários.

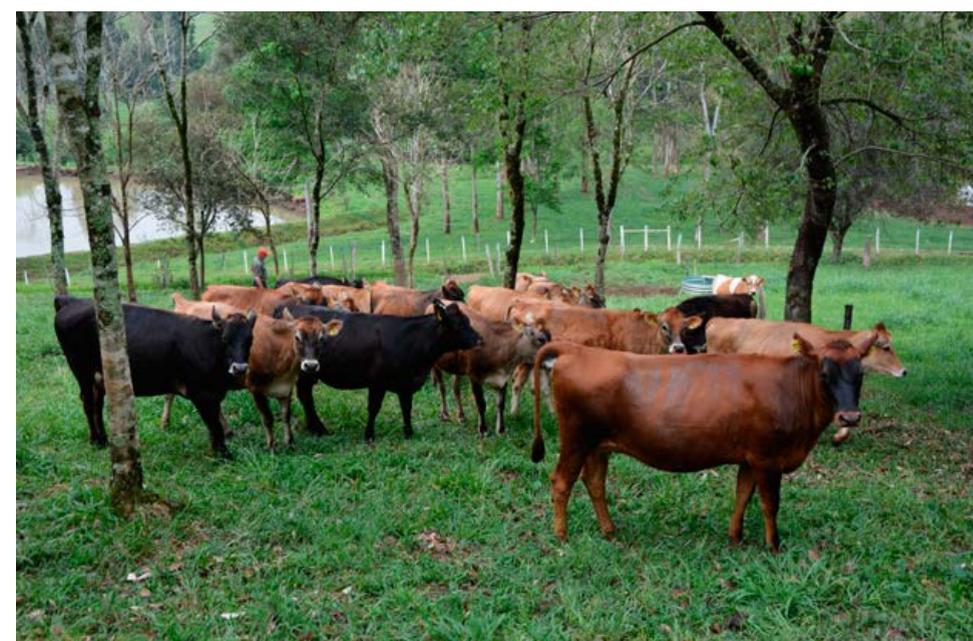
Outro grande avanço que demonstra o diferencial da sanidade animal do Estado está na certificação de zona livre da peste suína clássica, em 2015.

Agora o esforço coletivo está voltado para a erradicação da brucelose e tuberculose no rebanho de bovinos do território catarinense. Conforme informações da CIDASC, Santa Catarina é o Estado brasileiro com a menor incidência das zoonoses.

Como em Santa Catarina a prevalência das doenças é muito baixa, as ações são voltadas para erradicar as doenças, principalmente, através da vigilância ativa em abatedouros e laticínios e da

educação sanitária. Para dar suporte aos técnicos da CIDASC, foi criada a Comissão de Erradicação a qual integra uma iniciativa nacional para controlar e erradicar as zoonoses. Reforçando a busca pela eliminação das doenças, Santa Catarina passou a contar, partir de setembro de 2017, com o Programa Estadual de Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PEEBT) lançado pela Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca. O programa integra uma iniciativa nacional para controlar e erradicar as zoonoses, estabelecida pela Instrução Normativa nº 10 de 03 de março de 2017.

A vigilância da brucelose por meio de exames de leite, está sendo realizada desde 2011 em forma de “Projeto Piloto”. No ano de 2016, 4035 propriedades tiveram amostras de leite analisadas e neste ano, foram 1200 propriedades



amostradas. Esta baixa no número de investigações se deu à falta contínua de insumos de diagnóstico no País, o que vem freando as atividades da defesa em Santa Catarina.

De acordo com informações da Secretaria de Agricultura e Pesca, o Estado é o mais adiantado no combate à brucelose e tuberculose e está muito perto da erradicação das doenças. Possui um rebanho de aproximadamente 4,4 milhões de bovinos, distribuídos em 220 mil propriedades, e a incidência de brucelose e de tuberculose não chega a 1% desses animais. Todos os anos são realizados, em média, 150 mil exames para analisar a presença das zoonoses no rebanho catarinense.

Para manter a sanidade, os animais acometidos de brucelose ou tuberculose são abatidos sanitariamente e os proprietários indenizados pela Secretaria da Agricultura, através do Fundo Estadual de Sanidade Animal (Fundesa).

VACINAÇÃO

O uso da vacinação em massa, com a vacina B19, é recomendado apenas para Estados que possuem altos índices da doença, portanto é proibida em Santa Catarina para evitar custos desnecessários aos produtores e interferência nos testes de diagnóstico. O rebanho catarinense pode ser vacinado com amostra RB51, seguindo as normas do Regulamento Técnico do Programa de Erradicação da Brucelose Bovina e Bupalina no Estado de Santa Catarina.

No primeiro semestre 7.000 fêmeas bovinas foram vacinadas para brucelose por estarem em propriedades com foco ou situações de controle. O produtor, que quiser utilizar a vacina em sua propriedade, deve apresentar os exames sanitários das fêmeas bovinas do rebanho para receber a autorização da vacina.

BRUCELOSE

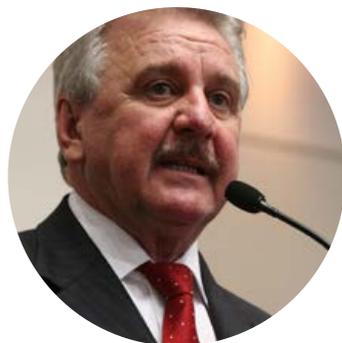
A Brucelose é uma doença infecto-contagiosa ocasionada pela *Brucella abortus* que acomete algumas espécies de animais, como é o caso de bovinos, e também o homem. Incapacita parcial ou totalmente. No ser humano os sintomas se assemelham com os da gripe. A

maneira mais comum de ser infectado é pela ingestão de leite, carne e derivados consumidos sem o tratamento térmico adequado e que sejam provenientes de animais contaminados.

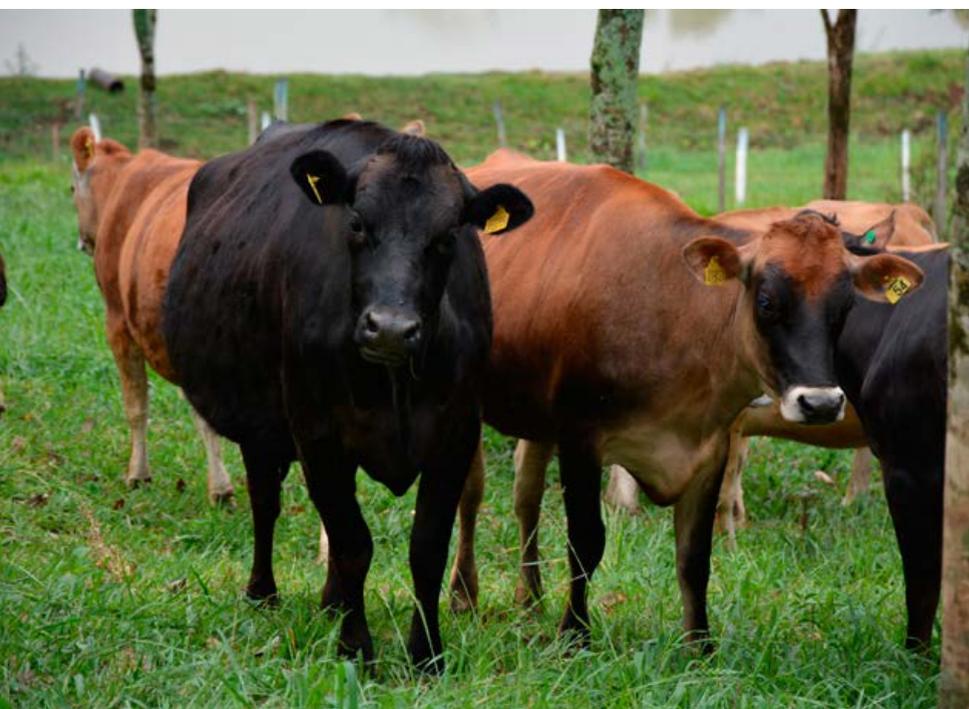
Em bovinos a zoonose atinge, principalmente, o trato reprodutivo e ocorre geralmente nas fêmeas. Gera perdas diretas devido a abortos e natimortos, aumenta o intervalo entre partos, reduz os índices reprodutivos, de produção de leite e interrompe linhagens genéticas. A Brucelose também gera desvantagem na disputa por novos mercados. É responsável pela diminuição de 25% na produção de leite e de carne e de 15% na produção de bezerros.

CONTROLE

Para controlar a Brucelose é preciso seguir as medidas exigidas na legislação e evitar a introdução de animais infectados nos rebanhos. Isso é possível por meio de exames antes de efetuar a compra. A implementação do piquete de parição na propriedade também ajuda a evitar a disseminação. “Os produtores rurais devem estar atentos a essas questões para evitar a contaminação de seus rebanhos. Essa é uma ação conjunta que só dará resultados se todos se unirem para a erradicação da doença”, salienta o



O secretário de Agricultura e Pesca Moacir Sopelsa explica que o Fundesa faz parte da política de defesa sanitária do Governo do Estado e, com a indenização, os produtores podem adquirir animais sadios para continuarem a produção de carne e leite. “A erradicação da brucelose e da tuberculose não é importante apenas para a saúde dos rebanhos, mas também para a saúde da família e dos funcionários rurais”.



presidente da FAESC José Zeferino Pedrozo.

TUBERCULOSE

Assim como a Brucelose, a Tuberculose também é uma doença infecto-contagiosa ocasionada por bactéria. Nos bovinos a enfermidade é gerada pelo *Mycobacterium bovis*, que causa lesões nodulares chamadas de tubérculos, localizados em qualquer tecido ou órgão do animal. A doença não apresenta sintomas como aborto, febre alta e queda brusca da produção, mas reduz o ganho de peso dos animais e a produção de leite. Pode levar à morte e gerar o descarte precoce condenando as carcaças no abate.

Estimativas demonstram que os animais contaminados reduzem de 10% a 25% da eficiência produtiva e fazem a fazenda onde há casos positivos de Tuberculose perder a credibilidade. Entre os principais sintomas da doença estão o emagrecimento progressivo, cansaço, dificuldade respiratória, tosse e mastite. Em humanos a contaminação se dá pelo consumo de leite e carne crua ou malpassada de animais infectados.

Assim como a Brucelose, a Tuberculose também exige o exame antes da aquisição de animais. Outra medida de controle que os produtores podem aderir são as instalações que permitam a entrada de luz solar para evitar a aglomeração de animais em estábulos. “O diagnóstico das duas doenças é simples, pode ser feito por médico veterinário, mas todo e qualquer cuidado de prevenção é valioso”, ressalta Enori Barbieri.

SEMINÁRIO ESTADUAL

Para discutir o impacto e as consequências socioeconômicas relacionadas à Tuberculose e à Brucelose animal e humana e propor ações conjuntas para o desenvolvimento do setor leiteiro em Santa Catarina, a Federação Catarinense dos Municípios (FECAM) promoveu, por meio do Colegiado Estadual de Secretários Municipais de Agricultura, o Seminário Estadual sobre Saúde Animal e Humana, em Chapecó.

Entidades representativas do setor, produtores, profissionais da área e autoridades debateram sobre a atual situ-

ação do Estado. O presidente do Sindicato Rural de Chapecó, Ricardo Lunardi, representou o presidente da FAESC no evento. Também esteve presente o supervisor do SENAR/SC na região oeste, Helder Jorge Barbosa.

O Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, Airton Spies, salienta que o Estado tem grandes vantagens comparativas que podem ser transformadas em vantagens competitivas, através de tecnologia, gestão e empreendedorismo.

Spies avalia que é preciso aplicar os modernos princípios agronômicos das lavouras também nas pastagens, tratar o pasto como lavoura, para maximizar a disponibilidade de comida para os animais ruminantes que as convertem em carne e leite. A correção do solo e plantio de pastagens com o melhoramento de plantas forrageiras e genética do rebanho são imprescindíveis.

Santa Catarina tem uma posição destacada de excelência no que diz respeito à sanidade dos rebanhos. “Isso nos dá acesso a mercados premium, como o da carne suína do Japão, EUA e, em breve, possivelmente a Coreia do Sul. Agora nosso grande desafio é também nos livrarmos da Brucelose e Tuberculose”, observou Spies.



“Temos mais sol e mais chuva (água), que nos permite produzir pastagens o ano inteiro, combinando espécies de verão e de inverno. Podemos produzir mais de 30 toneladas de matéria seca de pasto por hectare por ano, enquanto na Europa, o pasto só cresce 6 meses por ano e produz a metade”. (Airton Spies)



Seminário reuniu entidades representativas do setor em Chapecó

SISTEMA FAESC/SENAR-SC PARTICIPA DE SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO



O presidente da FIESC, Glauco Côrte (ao centro), visitou o espaço do Sistema FAESC/SENAR-SC no evento

Uma educação que favorece o pleno desenvolvimento do estudante precisa de professores que apresentem habilidades como empatia, reconhecimento e colaboração. A formação do docente para a educação do século 21 foi discutida entre especialistas dos Estados Unidos, Finlândia e Singapura, no Seminário Internacional de Educação promovido pela FIESC, em Florianópolis. O evento integrou as ações do Movimento SC pela Educação do qual o Sistema formado pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado (FAESC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) fazem parte.

O Sistema participou ativamente do Seminário e expôs trabalhos e projetos oriundos dos programas de educação e qualificação profissional voltadas para

o meio rural como o Curso de Fluxo de Caixa, Curso Técnico em Agronegócio, o Programa Empreendedor Rural (PER) e o Jovem Aprendiz Cotista (JAC). O superintendente do SENAR/SC Gilmar Antônio Zanluchi representou o presidente do Sistema José Zeferino Pedrozo e esteve acompanhado das técnicas em atividades de formação profissional Katia Zanela e Nayana Bittencourt.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Entre os principais desafios do professor estão as questões multirraciais, multiculturais e multiétnicas, que diversificam a sala de aula e não podem ser ignoradas. “Professor que desempenha seu papel por vocação e com amor, inspira o seu aluno a desenvolver-se integral-

mente”, afirmou o presidente da FIESC, Glauco José Côrte. “Se queremos melhorar a qualidade de ensino temos que melhorar a qualidade do professor. O que o professor deve ensinar, qual a técnica que deve ser utilizada, como atrair e captar a atenção dos jovens para que entendam que a educação faz sentido para a sua vida foram algumas das questões abordadas no seminário”, acrescentou.

No evento, foram apresentadas experiências aplicadas na Finlândia e em Singapura, países considerados referência em educação. Singapura desponta por liderar avaliações de desempenho como o Programa Internacional de Avaliação do Estudante (PISA). Com a economia cada vez mais globalizada, a abordagem educacional também precisa ser diferente, explicou a representante do National Institute of Education Singapore, Myra Rhoda Garces Bacsal. “Como educadores do século 21 estamos enfrentando muitos desafios porque o cenário educacional está mudando. Há questões multirraciais, multiculturais e multiétnicas que estão em jogo. Nossas salas de aula estão se tornando cada vez mais diversas e os docentes devem ter condições de navegar nessas ondas de salas de aula culturalmente diferentes para que continuem sendo significativas para o século 21”, afirmou Myra.

A secretária executiva do MEC, Maria Helena Guimarães de Castro, participou do seminário na condição de ministra em exercício e falou sobre a política nacional de formação de professores. De acordo com diagnóstico traçado pelo INEP, os resultados insuficientes dos

estudantes, a baixa qualidade da formação dos professores, currículos extensos e que não oferecem atividades práticas, poucos cursos com aprofundamento da formação da educação infantil e no ciclo da alfabetização, estágios curriculares sem planejamento e sem vinculação clara com as escolas são alguns dos fatores que afetam a qualidade do professor.

“Todas as pesquisas indicam que a qualidade do professor é o fator que mais influencia o aprendizado das crianças. Inúmeros fatores afetam o aprendizado, mas o professor é quem faz diferença na educação e isso nos motivou a rever a política nacional de formação de professores, uma vez que não tínhamos uma política pública, apenas programas fragmentados”. Essa política completa várias ações desencadeadas do MEC, como a reforma do ensino médio e a nova base nacional comum curricular, citou Maria Helena. O Brasil possui mais de 2,1 milhões de professores na educação básica.

O secretário de Educação do Estado Eduardo Deschamps ressaltou que uma educação de qualidade passa por três pilares: bom currículo, boa gestão da escola e bons professores. “Há um longo caminho a ser trilhado para alcançar desempenhos como o de Finlândia e de Singapura, mas os pontos de atenção devem estar nestes três pilares”, assegurou.

Para o presidente da FAESC, José Zeferino Pedrozo, a educação é prioridade tanto no meio urbano como rural. “Investimos, por meio do SENAR, em treinamentos e projetos que estimulam a capacitação e o desenvolvimento dos produtores rurais catarinenses e acreditamos que a educação promove transformações. Apoiamos e nos envolvemos na causa proposta pelo Movimento SC pela Educação”.

O superintendente do SENAR/SC Gilmar Antônio Zanluchi reforçou a importância da educação para promover melhorias na qualidade de vida de quem está no campo. “Sabemos que o agronegócio tem papel importante não só como atividade econômica, mas como função social. Daí a relevância de promover a educação e disseminar o conhecimento no meio rural. Pessoas mais preparadas têm melhores condições de se manter na atividade, gerando renda e desenvolvimento”.



Equipe de técnicas em formação profissional do SENAR/SC e o superintendente do SENAR/SC Gilmar Antônio Zanluchi



Côrte destacou que professores precisam se preparar para a educação do século 21



Marjo Kyllonen, Myra Bcsal e Maria Helena de Castro debateram a formação do professor em painel mediado por Mozart Ramos

EM RIO DO OESTE, EMPREENDER É A PALAVRA DE ORDEM

O Sindicato dos Produtores Rurais de Rio do Oeste, no Alto Vale do Itajaí, destaca-se pela forte atuação em defesa da classe e pelo empenho com que promove a profissionalização da família rural da região. Além dos produtores que residem em Rio do Oeste, a entidade conta com associados dos municípios de Dona Emma, Ibirama, José Boiteux, Laurentino, Presidente Getúlio, Vitor Meireles e Witmarsum.

A diretoria da entidade, juntamente com as equipes que integram o Sistema FAESC/SENAR-SC, dedicam-se a apoiar e viabilizar cursos, treinamentos e eventos que proporcionam o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos, ações e atividades voltadas ao crescimento profissional e pessoal dos associados, seus familiares e colaboradores.

MAIS DE 21 ANOS DE TRABALHO

Em toda área de abrangência do Sindicato, o processo produtivo de cada propriedade rural recebe atenção especial e tem sua condução dirigida à obtenção de bons resultados, incluindo benefícios voltados à promoção social e ao bem-estar da comunidade. “Há, entre nós, um sentimento de satisfação e temos convicção de que seguimos no caminho certo. Estamos há mais de 21 anos à frente do Sindicato dos Produtores Rurais de Rio do Oeste e, nesse período, a produção agropecuária das propriedades dos nossos associados cresceu 60%, evidenciando a importância da gestão corretamente planejada e da diversificação de atividades no mesmo espaço”, observa o presidente Lindolfo Hoepers.

De acordo com ele, graças ao excelente trabalho da diretoria do Sistema FAESC/SENAR-SC, à existência de programas específicos, ao especial apoio de parceiros importantes, à dedicação de instrutores competentes e de participantes dedicados é viabilizada a profissionalização para mais de 24 mil pessoas. “O

empenho dos nossos diretores também tem sido fundamental para o sucesso de tudo o que organizamos e promovemos”, comenta Hoepers.

Em Rio do Oeste, e nos demais municípios de abrangência do Sindicato, as fa-

mílias rurais estão conscientes da necessidade de buscar atualização constante, expandir a produção de forma planejada, obter novas fontes de renda, melhorar a qualidade de vida e empreender diariamente.



Presidente Lindolfo Hoepers (camisa azul no centro da foto) e membros da diretoria: empenho total

(Foto: Arquivo)



O Programa Empreendedor Rural incentiva a busca de alternativas para os negócios dos associados

(Foto: Arquivo)



Superintendente do Senar/SC, Gilmar Antônio Zanluchi: estímulo à busca constante de atualizações

(Foto: Arquivo)

A FORÇA FEMININA NO AGRONEGÓCIO

SENAR/SC participa de 2º Congresso Nacional das Mulheres do Agro



“Em um cenário tão rústico provamos que o olhar da mulher no campo pode transformar seus sonhos em ações que mostram a garra e a coragem para conquistar cada vez mais o seu espaço”, afirmou a prestadora de serviço em instrutoria do programa Mulheres em Campo desenvolvido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/SC), Angela Fortes Munaro, após participar do 2º Congresso Nacional das Mulheres do Agro. O evento reuniu mais de mil mulheres de todo o País e teve como objetivo valorizar a liderança e o empreendedorismo feminino no meio rural.

Além de Angela, outras oito prestadoras de serviço em instrutoria e a coordenadora estadual do programa Mulheres em Campo, Nayana Setubal Bittencourt, representaram o SENAR/SC no evento. Foram dois dias e cerca de 15 workshops práticos e painéis de debates com renomados profissionais do agronegócio. Liderança integrada e empreendedora, criatividade e cooperação, agricultura digital, tecnologia e genética, sucessão e crédito rural estiveram entre os assuntos abordados.

A prestadora de serviço em instrutoria Schirlei Fabiana do Nascimento Corrêa destacou que o evento mostrou a força que a mulher tem no campo, assumindo, cada vez mais, cargos de liderança e ocupando papéis de gestão. “Foram vários exemplos de lideranças que mostraram como vencer resistências e superar obstáculos. As mulheres estão conquistando espaço sem ter medo. Percebemos que não existe mais questões de gêneros, mas sim pessoas capacitadas e a mulher está mais conectada com o mundo e a propriedade rural. A liderança empreendedora é a que faz e acontece. No congresso vimos a feminilidade misturada com a firmeza do agronegócio”.

PROTAGONISMO FEMININO

Recente pesquisa efetuada pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e o Instituto de Estudos do Agronegócio (IEAG) foi apresentada durante o Congresso. O levantamento foi feito com 862 mulheres de todo o País que trabalham em atividades voltadas ao setor. As mulheres entrevistadas em Santa Catarina foram indicadas pelo SENAR/

SC e participaram do antigo programa Com Licença Vou à Luta (atual Mulheres em Campo).

Dados demonstram que 61,09% das entrevistadas informaram não terem sofrido problemas de liderança no meio rural nos últimos dois anos pelo fato de serem mulheres. “Isso demonstra que existe uma maior disposição feminina às atividades de gestão e empreendedorismo no campo, colocando-as, muitas vezes, em papel de destaque na empresa rural”, observou Nayana. Outro importante dado evidenciado na pesquisa é com relação à porcentagem de mulheres que se sentem totalmente preparadas para assumir responsabilidades em suas propriedades: cerca de 55,5% das entrevistadas.

“As mulheres deixaram de ser apenas as esposas e donas de casa para assumir, muitas vezes, a frente da gestão no campo. Elas aliam a criatividade, o protagonismo e a vontade de crescer e buscam de diferentes maneiras agregar financeiramente nas propriedades. Em alguns casos são o alicerce na produção”, considerou o superintendente do SENAR/SC, Gilmar Antônio Zanluchi.

O presidente do Conselho de Administração do SENAR/SC José Zeferino Pedrozo, observou que o público feminino conquista espaço e tem voz e vez em tomadas de decisão importantes no dia a dia das empresas rurais. “Elas estão preocupadas em se capacitarem e se prepararem para atuar na gestão ao lado, ou não, de seus esposos. Demonstram interesse e comprometimento com a produção e vislumbram, através de atitudes empreendedoras, um futuro melhor”.

NO CAMINHO DO CONHECIMENTO

Durante o Congresso, a diretora do Departamento de Educação Profissional e Promoção Social do SENAR Central, Andréa Barbosa, e a superintendente de Relações Internacionais da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Lígia Dutra, participaram de mesa redonda sobre Liderança Empreendedora. “O conhecimento é o caminho para produzir e ganhar o mercado internacional”. Essa foi a principal mensagem que as integrantes do Sistema CNA/SENAR deixaram às mulheres.

ALUNOS DO CURSO TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO CONHECEM A CADEIA PRODUTIVA DO ARROZ

Grupo de Rio do Sul visitou indústria em Pouso Redondo



Essa foi a primeira visita de campo do polo presencial de Rio do Sul

Aprofundar o conhecimento sobre a cadeia produtiva do arroz. Esse foi o objetivo de uma visita realizada por alunos do Curso Técnico em Agronegócio, promovido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) do Polo Rio do Sul à unidade de beneficiamento e recebimento da indústria Cravil em Pouso Redondo. A atividade fez parte da unidade curricular de Introdução ao Agronegócio, que estuda as cadeias produtivas.

O grupo foi acompanhado pelo professor Eduardo Carvalho. Durante a visita, que durou aproximadamente duas horas, eles receberam informações sobre o processo de industrialização do

arroz, desde o recebimento nas moegas até o armazenamento e o beneficiamento. Os estudantes também conheceram a tecnologia envolvida na produção e os aspectos técnicos desde o recebimento da lavoura até a armazenagem do produto final. Representantes da empresa comentaram ainda sobre as dificuldades e desafios enfrentados pelo setor. “Essa visita foi de grande importância para melhor compreender o funcionamento da cadeia produtiva do arroz, visto que a região possui estrutura e tradição na produção de arroz há muitos anos”, afirmou Carvalho.

O aluno Dionei Michel acompanhou a visita e disse que foi um momento im-

portante para reforçar o aprendizado. “Tivemos a oportunidade de verificar na prática os conhecimentos que adquirimos em sala de aula. Para nossa formação, esse tipo de atividade é muito relevante e faz toda a diferença na compreensão dos conteúdos”.

CURSO TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

Oferecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) o curso Técnico em Agronegócio é certificado pelo Ministério da Educação (MEC) e reconhecido pelos Conselhos Regionais de Engenharia (CREAS).

O curso tem duração de quatro semestres e é semipresencial, com 80% da carga horária à distância. O restante é realizado presencialmente, com diversas visitas técnicas para que os alunos conheçam a realidade do agronegócio catarinense.

O superintendente do SENAR/SC Gilmar Antônio Zanluchi afirma que a iniciativa possibilita qualificar a atividade rural no Estado. “Alcançamos bons resultados e estamos formando profissionais comprometidos com o futuro do setor”. Até o final do ano, sete turmas terão concluído o curso.



Alunos conheceram a indústria Cravil em Pouso Redondo



Aspectos trabalhados em sala de aula foram abordados na visita

EXPORTAÇÕES CATARINENSES DE CARNES TÊM SALDO POSITIVO

Em 2017 a arrecadação com as exportações de carne suína já é 27,5% maior do que no mesmo período do ano passado, o mesmo acontece com a carne de frango que teve um crescimento de 7,5% nas receitas.

O mês de setembro encerrou com 89,5 mil toneladas de carne de frango exportadas, quase 8% a menos do que em agosto. E o faturamento chegou a US\$ 168,5 milhões, uma queda de 3,8% em relação ao último mês. Isso pode ser explicado porque cinco grandes importadores diminuíram as compras em setembro, em especial Japão e China, principais destinos da carne de frango catarinense.

Ainda assim, os valores de setembro estão acima da média do ano, tanto em termos de quantidade quanto de receitas. De janeiro a setembro, foram embarcadas mais de 742 mil toneladas de carne de frango, gerando receitas de US\$ 1,3 bilhão – 7,5% a mais do que no mesmo período de 2016.



Exportações de carne suína são 27,5% maior que o mesmo período de 2016

EXPORTAÇÕES

Como grande produtor e exportador de carnes, o desempenho de Santa Catarina tem impacto direto nos resultados brasileiros. E assim como o estado, o País também ampliou o faturamento com as vendas de carne suína e de frango em 2017 e, somado, chegou a US\$ 6,68 bilhões.

De janeiro a setembro, o Brasil já exportou 3,2 milhões de toneladas de

carne de frango e as receitas já passam de US\$ 5,4 bilhões em 2017 – superando em 5,3% o último ano. No mesmo período foram 520,5 mil toneladas de carne suína com um faturamento de US\$ 1,23 bilhões – 17,7% a mais do que em 2016. Os números foram divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e analisados pelo Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Cepa/Epagri).

GOVERNO DE SC ASSINA DECRETO QUE REGULAMENTA USO DE AGROTÓXICOS

O Governador Raimundo Colombo e o Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca, Moacir Sopelsa, participaram do ato de assinatura do decreto número 1.331 que lança o novo marco regulatório dos agrotóxicos no Estado. O documento regulamenta o controle da produção, comércio, uso, consumo, transporte e armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins, em todo o território de Santa Catarina.

Trata também da fiscalização da produção, da manipulação, da destinação final das embalagens vazias e do monitoramento de resíduos de agrotóxicos e afins em produtos vegetais. Prevê que todo o processo de cadastro e registro passe a ser feito de maneira informatizada. E passa a responsabilidade da fiscalização do uso de agrotóxicos, que antes era da Fundação do Meio Ambiente (Fatma), para a Companhia Integrada de

Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc).

Para o Secretário Sopelsa, o decreto é uma forma de normatizar o setor,

garantindo produtos mais seguros para a população e cuidando da saúde dos nossos produtores e também do meio ambiente.

VEJA O DECRETO

1. A mudança no órgão responsável pela fiscalização do uso de agrotóxicos em nosso estado, passando da Fatma para Cidasc essa atribuição, porém, ficando a Fatma responsável pelos casos onde haja crimes ambientais relacionados ao uso desses produtos;
2. A regulamentação da adoção de sistemas informatizados que visam diminuir a burocracia quanto aos registros de empresas, cadastro de agrotóxicos e principalmente no envio de informações obrigatórias aos órgãos competentes como a receita agrônoma e o controle de estoque;
3. A regulamentação clara das responsabilidades e deveres de todos os agentes envolvidos nos processos que envolvam os agrotóxicos, corrigindo distorções e falhas do decreto anterior; e
4. A flexibilização na aplicação de sanções administrativas levando em conta os atenuantes e agravantes da situação posta e da condição socioeconômica cultural dos envolvidos.



MÊS DEDICADO À PREVENÇÃO DA SAÚDE FEMININA

Sistema FAESC/SENAR-SC promoveu o Programa Especial Saúde da Mulher Rural em seis municípios

Outubro é tradicionalmente conhecido como o mês de conscientização sobre a prevenção do câncer de mama. Diante disso, com o objetivo de orientar e conscientizar as produtoras rurais sobre a importância do autocuidado e da prevenção e diagnóstico precoce das doenças femininas, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/SC), órgão vinculado à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC), promoveu o Programa Especial Saúde da Mulher Rural em seis municípios.

Paulo Lopes, Capão Alto, São Bonifácio, Campo Belo, São Bernardino e Urupema receberam ações do programa durante o mês. “Tivemos uma média de 150 mulheres em cada município. Focamos na prevenção e diagnóstico das doenças femininas a fim de conscientizá-las”, destaca a coordenadora estadual do programa, Estela Macedo.

Segundo dados do Instituto Nacional do Câncer (INCA), o câncer de mama é um dos mais comuns entre as mulheres, respondendo por cerca de 28% dos casos novos a cada ano. A estimativa de novos casos em 2016 foi de 57.960 no País.

O presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC José Zeferino Pedrozo reforça a importância da mulher no meio rural e o seu papel de destaque na gestão das propriedades.



“Elas são fundamentais para o sucesso no campo, atuam com protagonismo e são grandes empreendedoras. Merecem nosso respeito e reconhecimento, por isso priorizamos ações de prevenção à saúde”, destaca o presidente da FAESC, José Zeferino Pedrozo.

As produtoras rurais tiveram palestras de conscientização sobre, além do câncer de mama, do de pele, colo do útero e demais doenças relacionadas. Todas elas participaram de exames e fizeram coletas de sangue junto à Unidade de Saúde.

Em Capão Alto, o presidente do Sindicato Rural de Lages, Márcio Pamplona e



“Queremos minimizar as chances dessa e de outras doenças femininas acometerem as mulheres rurais, priorizando sempre pela saúde e a qualidade de vida”, observa o superintendente do SENAR/SC, Gilmar Antônio Zanluchi.

o prefeito Tito Pereira Freitas ressaltaram a importância da mulher no meio rural e o papel delas na gestão das propriedades. Diante do foco do Outubro Rosa, ambos valorizaram a grande participação das mulheres no evento, que foram em busca do conhecimento e das orientações sobre o câncer de mama.



Programa ocorreu em Capão Alto no dia 06 de outubro



Em Paulo Lopes o evento ocorreu no dia 04



No município de Campo Belo a iniciativa foi promovida no dia 27



Evento em Urupema



São Bernardino recebeu as ações do programa no dia 28



Evento reuniu centenas de mulheres em São Bonifácio





O CADASTRO AMBIENTAL RURAL

TERMINA DIA

31 DE DEZEMBRO DE 2017

Quem não estiver cadastrado até 31 de dezembro de 2017 perderá o direito a todos os benefícios para consolidação de áreas da propriedade e não terá acesso a políticas públicas, como crédito rural e linhas de financiamento. Também não poderá aderir ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Produtor rural fique atento ao prazo!

